Greve dos servidores da saúde

Por Nayara D'Alama

Foto: Demian Andrade

Os servidores da saúde pública de Santa Catarina pararam as atividades em 14 unidades de atendimento e iniciaram uma greve na manhã desta terça-feira (3). A categoria quer aumento salarial, reajuste do auxílio alimentação, adicional de insalubridade, entre outras reivindicações. Somente atendimento a pacientes internados e em casos de emergência estão sendo realizados. O comando de greve se reunirá no final da tarde para analisar o andamento da paralisação.

Em Florianópolis, os servidores mobilizam-se em frente aos hospitais. O Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviço de Saúde Privado e Público Estadual (SindSaúde/SC) afirma que o governo do estado não cumpre há três anos uma lei referente ao Plano de Carreira e Vencimentos dos funcionários, que requer revisão anual dos salários e pede reposição salarial de 31,33%, sendo de imediato 16,76%, referente ao INPC/IBGE de 01 de abril de 2006 a 31 de maio de 2009.

A Secretaria do Estado da Saúde apresentou proposta de reajuste salarial de 16,76%, sob a forma de abono progressivo, que seria pago em duas etapas: 50% em janeiro de 2010 e, de forma integral, a partir de agosto de 2010. A presidente do SindSaúde, Edileuza Garcia Fortuna, declara que "aceitar o abono é uma regressão e estar ciente de que ele não é uma garantia". A presidente analisa que a conquista do Plano de Carreiras e Vencimentos em 2006 deveria garantir a valorização salarial, e o pôr um fim aos "penduricalhos" como abonos e formas de gratificação.

Em carta destinada à imprensa, o Sindicato justifica a paralisação e diz que a greve na saúde não tem o objetivo de prejudicar a população e que os trabalhadores lutam por "dignidade salarial e seus direitos conquistados com a mesma força quel lutam pela qualidade do serviço público de saúde dos catarinenses."

A Secretaria do Estado da Sáude declara que a folha de pagamento dos funcionários da área

já compromete metade do orçamento da instituição. "O que oferecemos ao sindicato pode não ser o ideal, mas não podemos propor aos servidores um reajuste que comprometa as obrigações da Saúde estadual, que vão da compra de medicamentos à aquisição de equipamentos, passando por reformas, compra de material e o repasse regular de recursos às prefeituras", afirma a secretária em exercício, Carmen Zanotto.

Atendimento à população

Durante a greve, os servidores permanecem nas unidades para o atendimento aos pacientes internados e casos de emergências. Os atendimentos ambulatoriais, cirurgias e exames agendados, que representam cerca de 80% da demanda, estão suspensos. Nas maternidades, as entradas não serão bloqueadas e pacientes em trabalho de parto e em parto prematuro serão atendidas. No Hemosc, que também aderiu à greve, estão sendo tomadas providências para que não haja falta de sangue. A funcionária do SindSaúde, Heloísa Pereira, diz que a greve é por tempo indeterminado, "mas como os atendimentos mais urgentes continuam a serem feitos, os pacientes graves e internados não correm riscos."

Veja as demais reivindicações dos servidores da saúde:

- Reajuste do auxílio alimentação de 80,65%
- Pagamento de auxílio alimentação aos servidores aposentados e em gozo de férias e licenças prêmios
- Lei de aposentadoria especial aos servidores da saúde
- Adicional de insalubridade de 20%, 30% e 40% sobre o piso salarial de cada servidor.